



DESIGUALDADES DE CLASSE, GÊNERO E RAÇA ENTRE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS DE CAMPINA GRANDE

Érica Fernanda dos Santos Silva¹, Talita Silva Araújo², Alex Alves Campelo³,
Ana Patrícia Sampaio de Almeida⁴
Roseli de Fátima Corteletti (roseli.fatima@professor.ufcg.edu.com.br)⁵

Resumo: Este projeto de extensão é resultado de uma ação que teve como objetivo apoiar a sociedade civil organizada na produção de conhecimento aplicado aos problemas concretos de parcela historicamente marginalizada da sociedade brasileira, dado que as trabalhadoras domésticas no Brasil (e em Campina Grande) são majoritariamente mulheres negras, invisibilizadas em suas atividades produtivas e reprodutivas e em suas demandas por reconhecimento institucional e social, tendo como lócus de intervenção a junto ao Centro de Ação Cultural (CENTRAC) e junto à Associação e ao Sindicado das Trabalhadoras Domésticas de Campina Grande. Fez parte da metodologia um levantamento de dados, o qual foi realizado de forma virtual e presencial, onde obtivemos um total de 23 participantes na primeira etapa e 28 trabalhadoras na segunda. Como principais resultados podemos destacar que o cotidiano das trabalhadoras domésticas é marcado por intensa jornada de trabalho, uma vez que elas necessitam conciliar o trabalho doméstico remunerado com o trabalho reprodutivo de cuidados com suas casas, filhos e demais familiares. Além disso, enfrentam muitas incertezas e instabilidades financeiras, características típicas do trabalho informal e periférico.

Palavras-Chave: Trabalho doméstico, Precariedade, Informalidade, Desigualdades sociais.

1. Introdução

Nos últimos anos houve um aumento significativo das desigualdades sociais no Brasil e no mundo. Segundo relatório da OXFAM/2017, no mundo, oito pessoas detêm o mesmo patrimônio que a metade mais pobre da população. Ao mesmo tempo, mais de 700 milhões de pessoas vivem com menos de US\$ 1,90 por dia, ou seja,

abaixo da linha da pobreza. Por outro lado, 1% mais rico da população mundial possui a mesma riqueza que os outros 99%. Trata-se de uma situação extrema, que foi agravada com pandemia da covid-19.

No Brasil, a situação é ainda pior: apenas seis pessoas possuem riqueza equivalente ao patrimônio dos 100 milhões de brasileiros mais pobres. Os 5% mais ricos detêm a mesma fatia de renda que os demais 95%. Neste contexto, as mulheres são as mais atingidas. A maior concentração de mulheres no mercado de trabalho está no setor de serviços, principalmente nas áreas da educação, da saúde, no trabalho doméstico e no setor informal. Em geral, as mulheres estão em setores de atividades relacionadas aos “cuidados” de outras pessoas, uma vez que as atividades de reprodução social e relacionadas as atividades domésticas (lavar, passar, cozinhar) e aos cuidados com crianças, pessoas idosas e/ou doentes, continuam sob a responsabilidade das mulheres.

De acordo com o IBGE, em 2022 as mulheres dedicaram quase o dobro de tempo que os homens: 21,3 horas contra 11,7 horas semanais às atividades relacionadas aos cuidados de pessoas ou afazeres domésticos. A maior desigualdade é na Região Nordeste com 21,8 horas para as mulheres e 10,5 horas para os homens, ou seja, 11,4% pontos percentuais de diferença em horas trabalhadas. As desigualdades de gênero perduram em todas as áreas e se refletem no mercado de trabalho. As mulheres foram à luta, abriram novos espaços no mercado de trabalho, estão estudando mais, conquistaram espaços na vida pública, assumiram novas responsabilidades com a chefia das famílias, mas continuam ganhando em média 70% do salário do homem.

Paralelamente ao aumento das desigualdades e da pobreza, vivencia-se um aumento assustador dos vários tipos de violências de gênero. Portanto, diante deste grave cenário, que atinge todas as mulheres, mas principalmente as mulheres negras (que são maioria no trabalho doméstico remunerado) e que vivem em situação de pobreza, desenvolvemos este projeto com o objetivo de analisar as

¹ Bolsista: Estudante do Curso de Engenharia de Produção da UFCG, Campus Campina Grande, PB. Brasil.

² Voluntária: Historiadora e aluna especial no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFCG, Campus Campina Grande, PB. Brasil.

³ Voluntário: Historiador e aluno regular no Curso de Mestrado em Ciências Sociais da UFCG, Campus Campina Grande, PB. Brasil.

⁴ Colaboradora: Cientista Social e Assessora de Pesquisas do Centro de Ação Cultural (CENTRAC), Campina Grande, PB. Brasil.

⁵ Coordenadora e Orientadora: Profa. de Sociologia da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais da UFCG, Campus Campina Grande, PB. Brasil.

desigualdades de classe, gênero e raça no trabalho doméstico remunerado, buscando identificar tipos de ações que possam viabilizar o acesso a políticas públicas para conquista e fortalecimento de direitos sociais, voltados para o desenvolvimento da cidadania e dignidade humanada, entre trabalhadoras ligadas a Associação das Trabalhadoras Domésticas de Campina Grande.

2. Metodologia

Para atender aos objetivos do projeto, primeiramente foi realizada uma seleção de bolsista, sendo aprovada Érica Fernanda dos Santos Silva, estudante do Curso de Engenharia de Produção da UFCG. Em seguida, foi realizada uma reunião para planejamento das atividades e definidos os horários da bolsista totalizando 12 horas semanais. Na sequência, foram realizadas reuniões com a equipe do projeto, para debater as questões (fechadas e abertas) do questionário a ser aplicado com as trabalhadoras domésticas, o qual também foi passado para a Coordenadora Geral da Associação das Trabalhadoras Domésticas de Campina Grande avaliar e contribuir na elaboração do roteiro. Como o questionário ficou muito extenso, a equipe julgou mais adequado fazer o levantamento de dados em duas etapas. A primeira com questões fechadas sobre o perfil, situação domiciliar e de vida, condições de trabalho remunerado e vida social e política. Esta etapa foi realizada virtualmente, através do formulário do *Google Forms*, tendo um total de 23 respondentes.

A segunda etapa do levantamento de dados foi realizada de forma presencial e abordou questões abertas, sobre a trajetória ocupacional, condições de trabalho remunerado, divisão do trabalho doméstico não remunerado e percepções das trabalhadoras sobre a Associação. O início da coleta dos dados foi realizado em reunião com as trabalhadoras domésticas, na Associação das Trabalhadoras Domésticas de Campina Grande, onde fomos recebidas por um grupo de seis trabalhadoras. Após uma roda de conversa com a apresentação da equipe e dos objetivos da pesquisa, foram realizadas as entrevistas individuais com quatro trabalhadoras, sendo que duas optaram por responder diretamente no formulário, no mesmo momento.

No entanto, diante de dificuldades no agendamento com as trabalhadoras domésticas que ainda não haviam respondido ao questionário de pesquisa, devido à sua extensa jornada de trabalho, optamos por realizar a segunda etapa também no formato virtual, uma vez que todas possuíam celular e poderiam responder ao questionário no horário que lhe fosse mais conveniente. Sendo assim, as questões qualitativas da segunda etapa foram colocadas no *Google Forms* que foi disponibilizado no grupo de trabalhadoras domésticas em aplicativo de mensagens através da interlocução da Coordenadora da Associação, que também auxiliou aquelas que tiveram dificuldade para responder o questionário, totalizando 22 respondentes. Somando com

as seis entrevistas que foram realizadas presencialmente, obteve-se um total de 28 participantes, na segunda etapa da pesquisa. Em seguida, foi realizado um encontro da equipe (coordenação, bolsista e voluntários/as) para avaliação dos formulários de levantamento de dados e informações fornecidas pelas trabalhadoras.

Após esse processo, a equipe se debruçou nas transcrições das entrevistas e análise das informações obtidas para construção do relatório que ora se apresenta, que está estruturado da seguinte forma: Além desta introdução e das etapas metodológicas, elaboramos uma nota explicativa sobre o método de análise, em seguida uma abordagem teórica sobre desigualdades de classe, gênero e raça, com dados atuais sobre trabalho doméstico e de cuidados (avaliar se deixamos ou tiramos essa parte dos cuidados, nesta fase do relatório). Em seguida apresentamos as análises dos resultados, com o perfil das trabalhadoras, situação domiciliar, condições de trabalho, trajetória ocupacional, entre outras variáveis analisadas, seguidas de algumas considerações finais e das referências bibliográficas.

Por fim, vale destacar que estatisticamente a pesquisa pode ser definida como *amostra não aleatória*. De acordo com o estatístico Barbeta (1994), as amostras não aleatórias são indicadas quando existem dificuldades de acesso na população total da categoria a ser pesquisada. Nas palavras do autor “amostragens não aleatórias procuram gerar amostras que de alguma forma, representem razoavelmente bem a população de onde foram extraídas” (p. 53). Sendo assim, ressalta-se que a pesquisa não é representativa de toda a categoria de trabalhadoras domésticas que participam da Associação, mas sim, do grupo que se interessou em participar da pesquisa, o que garante a cientificidade dos resultados da pesquisa. Ressalta-se ainda que a abordagem dos resultados da pesquisa é eminentemente qualitativa.

3. Resultados e Discussões

3.1 Desigualdades de classe, gênero e raça

O objetivo deste item é a apresentação do debate teórico sobre como as desigualdades de classe, gênero e raça se constituíram historicamente na sociedade e os seus reflexos nos contextos atuais de precarização do trabalho, com foco específico na categoria das Trabalhadoras Domésticas, que historicamente, é impactada pelas desigualdades de gênero, raça e classe. Mediante estudo de conceitos e de como eles se interrelacionam na sociedade atual é que poderemos entender as inúmeras formas de violências e opressões relacionadas as mulheres.

Há uma economia doméstica organizada que sustenta a ordem patriarcal e uma hierarquia estabelecida com base nas distintas faixas etárias, cada uma desempenhando suas funções sociais e tendo um certo significado. Bezerra, Corteletti e Araújo (2020) acrescentam seus estudos definindo que:

O patriarcado não se configura como um sistema à parte do capitalismo, mas é um regime de dominação-exploração, intrinsecamente articulado com o capitalismo, os quais se fundiram historicamente numa simbiose patriarcado-racismo-capitalismo, não sendo autônomos, muito menos interconexos, mas fazem parte

do mesmo sistema. Ademais, o patriarcado é um caso específico das relações de gênero e sua constituição se dá no âmbito das relações de produção e na esfera pública (é uma relação civil) (BEZERRA; CORTELETTI; ARAÚJO, 2020, p. 6).

O patriarcado, por ser um sistema social de dominação-exploração masculina sobre as mulheres, expressa-se na organização da família, onde ocorre uma desvalorização, com uma dupla ou tripla jornada de trabalho para as mulheres, as quais não são reconhecidas socialmente. As relações sociais estão na origem da divisão social do trabalho, segundo Hirata e Kergoat (2007) “as relações sociais organizam, isto é, nomeiam e hierarquizam as divisões da sociedade: privado/público, trabalho manual/trabalho intelectual, capital/trabalho, divisão internacional do trabalho etc.” (p.132). Afirmando o que Souza-Lobo (2021) denota que a classe operária tem dois sexos. Para esclarecer esse debate, Hirata (2002) é contundente ao afirmar:

Enquanto a divisão do trabalho doméstico for assimétrica, a igualdade será uma utopia. Se o papel das políticas públicas em favor da igualdade de homens e mulheres pode ter consequências positivas, apenas a mudança da correlação de forças no interior da esfera “privada” poderá contribuir para uma melhor distribuição do trabalho invisível, do trabalho de compaixão e dedicação, de altruísmo, de disponibilidade permanente, tornando aborçável às mulheres – e não apenas virtualmente aos homens e a um punhado de “mulheres excepcionais” – um espaço próprio, um tempo “para si”, e o acesso à criatividade, que é possível apenas a partir de uma afirmação de si enquanto sujeito autônomo (HIRATA, 2002, p. 20).

A sociedade capitalista, no caso do Brasil, não está fundamentada em apenas uma contradição social, de acordo com Saffioti (2015), mas sim em três contradições: classe, raça e gênero, que formam um nó, apresentando distintas determinações. Desse modo, “não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta dessa difusão” (SAFFIOTI, 2015, p.115). Incluir a raça como elemento estrutural nas desigualdades de gênero é evoluir até a visão interseccional, trazido por Kimberlé Crenshaw (2012). Segundo a feminista, esse instrumento identificou as formas como as categorias classe, raça e gênero interagem e criam múltiplas opressões, particularmente para as pessoas mais vulneráveis da sociedade, como as mulheres negras e indígenas.

Crenshaw (2012) propõe a subdivisão da interseccionalidade em três categorias: estrutural, política e representativa. A interseccionalidade estrutural se refere às formas como a opressão sofrida por mulheres negras é diferente da sofrida pelas mulheres brancas. A interseccionalidade política aborda as políticas feministas e as políticas antirracistas, que têm como consequência a marginalização da questão da violência em relação às mulheres de cor. E a interseccionalidade representativa descreve como as mulheres negras são representadas na cultura popular e como isso afeta a vida cotidiana. É por meio das relações de sexo/gênero, classe, raça/etnia que o capitalismo se movimenta,

podendo culminar como uma opressão fundamentalmente complexa que as mulheres enfrentam.

As mulheres são maioria no trabalho doméstico remunerado, todavia as desigualdades as atingem de diversas formas, desde acesso a creche para seus filhos, salários desiguais aos homens na mesma função, acesso à educação, moradia, saúde, alimentação digna, entre os casos de violência patrimonial, sexual, física, moral e psicológica a que estão submetidas, tanto nas relações pessoais como nas relações de trabalho. O capitalismo sempre foi capaz de reforçar e reproduzir todas as desigualdades para fins de se reproduzir em suas diferentes formas, como aponta Federici (2017), “O capitalismo foi capaz de reproduzir-se, isso se deve somente à rede de desigualdades que foi construída no corpo do proletariado mundial e à sua capacidade de globalizar a exploração” (FEDERICI, 2017, p.38)

Desse modo, as mulheres são as mais atingidas, pois ao longo de toda a História da classe trabalhadora, foram necessárias inúmeras lutas e resistências para garantia de alguns direitos. Sendo assim, as mulheres desde a gênese do capitalismo sofrem discriminações e opressões, como a impossibilidade de trabalho remunerado e digno ou até mesmo a sua remuneração sendo passada para seus esposos como evidenciado na obra “o patriarcado do salário” (FEDERICI, 2021), também como separação das mulheres da vida do espaço público para o privado, no período feudal, isolando-as em seu lar para desempenharem atividades relacionadas a reprodução social através do trabalho doméstico não remunerado. Na obra *Origem da família, da propriedade privada e do Estado*, Engels apresenta que a desigualdade sexual, não existia antes do advento da propriedade privada. Neste mesmo sentido, Davis (1981) salienta que “a separação estrutural entre a economia pública do capitalismo e a economia privada do lar tem sido continuamente reforçada pelo primitivismo obstinado do trabalho doméstico” (DAVIS, 1981, p. 220).

De acordo com Hirata (2009), a questão da precarização impacta em escala global os trabalhadores, sendo as mulheres que mais sofrem com o trabalho precário como os serviços de diaristas, mensalistas e domésticas. Para Hirata, as mulheres enquanto trabalhadoras precarizadas são categorias que devem ser mais bem analisadas, pois mesmo em condição de assalariamentos sofrem com as injunções da sociedade capitalistas, segundo Hirata (2009, p.27)

Hirata (2009) apresenta as condições de trabalho precarizado como salários mais baixos, sem proteção de direitos ou organização política, sendo mais comuns em países de capitalismo periférico, que fortalecem a manutenção das desigualdades, pois empregam em subempregos uma população com maior contingente de mulheres, negras e periféricas em empregos precarizados. Mediante isto, as trabalhadoras domésticas assalariadas, no Brasil, mesmo com algumas garantias, ainda estão submetidas às desigualdades que são fortalecidas pelas contradições do capitalismo, como é o caso das trabalhadoras domésticas estudadas.

3.2 Perfil das Trabalhadoras Domésticas

Ao recebermos as respostas da primeira parte do questionário relacionada a seus perfis, verificamos que no item sobre o endereço as 23 trabalhadoras respondentes disseram que residiam em bairros de Campina Grande, como: Liberdade, Bodocongó, Três irmãs e São José, sendo que a maioria dos bairros estão situados na periferia da cidade.

A idade das trabalhadoras respondentes variou entre 18 e 50 anos, onde a faixa etária dos 31 aos 34 anos de idade, predominou com um total de 30,4%. Em segundo lugar, apareceu a faixa etária acima dos 35 a 38, com 17,4%. Vimos que apenas uma trabalhadora possuía 18 anos de idade.

Com relação a cor e etnia vimos que 47,8% do total de respondentes se identifica como pardas, 43,5% preta. Verificamos um número bem menor de trabalhadoras brancas, com apenas 8,7% do total de respostas, como já era de se esperar, uma vez que os dados gerais mostram a predominância da cor parada e preta na categoria das trabalhadoras domésticas.

A maioria delas são solteiras, com uma representação de 39,1%, e as casadas, representam um percentual de 17,4%. Além disso, verificamos que 13% são divorciadas e 13% declaram que estão vivendo junto com seus companheiros. Houve também registro de trabalhadoras que são viúvas, separadas e que vivem em união estável.

Muitas delas deixaram seus estudos logo cedo. A maioria das respondentes, 36,4% possuem ensino médio completo, 31,8% possuem o fundamental incompleto. Vimos também que 4,5% não conseguiram ir à escola. As trabalhadoras relataram que os motivos pelos quais elas acabaram deixando de estudar foram principalmente gravidez ou por necessidades dentro de seus lares. Algumas relatam que os trabalhos de cuidados com a família não permitiram concluir os estudos, porém, ao perguntarmos se elas gostariam de voltar a estudar, 52,2% responderam que sim, que gostariam de retornar aos estudos.

Verificamos também o nível de instrução dos pais/mães das trabalhadoras, onde verificamos que de certa forma elas reproduzem a escolaridade que seus pais/mães tiveram, com alguma melhoria, uma vez que 52,2% das mães e 56,5% dos pais das trabalhadoras não concluíram o fundamental. O percentual de pais/mães que não frequentaram a escola também se destaca, sendo 30,4% das mães e 34,8% dos pais.

Na análise sobre a composição da família, vimos que 34,8% das respondentes possuem três filhos, 21,7% possuem dois, 13% possui quatro, 13% um e duas delas possuem mais de cinco filhos. Observamos que 60,9% dos filhos têm ou tiveram acesso a creches, mas 39,1% responderam que seus filhos não têm ou não tiveram acesso a creches. Das que não possuíram acesso a creches, 15,4% responderam que os filhos eram deixados com os pais, 61,5% com amigas, mães, avós, esposas.

Além disso, verificamos um dado surpreendente: 26,1% informam que possuem filhos ou familiares com problemas sérios de saúde ou deficiência comprovada,

como autistas, cardíacos, microcefalia, paralisia cerebral e deficiência visual.

3.3 Situação domiciliar

Diante dessas reflexões a respeito do trabalho doméstico no país, e buscando aprofundar as análises desenvolvidas, foi feito um levantamento das informações que ora são apresentadas. Desse modo, procuramos entender a premissa domiciliar, isto é, a quantidade de pessoas por residência incluindo a própria trabalhadora doméstica.

Através da análise dos dados da questão 13, sobre o número de pessoas que residem na casa, observamos que no momento da pesquisa, 17,4% residiam com quatro pessoas em seus lares e 13% dividiam o espaço doméstico com outras três pessoas. Já um percentual de 4,3% residia com menos de três pessoas na mesma casa ou apartamento, e também apenas 4,3% do total de participantes da amostra morava sozinha e não dividia com ninguém o espaço doméstico, o mesmo percentual de 4,3% foi verificado para quem residia com 7 pessoas. Percebe-se ainda um percentual significativo de trabalhadoras que convivem no mesmo espaço com quatro pessoas. Outro indicador essencial investigado foi a variável da casa própria, onde verificamos que 52,2% informaram que possuem residência própria, em contrapartida 21,7% admitiram morar de aluguel, e apenas 13% disseram que moram em casas cedidas. Com relação às outras indagações acerca de casas ocupadas, financiadas e de herdeiros não obtivemos respostas. Curiosamente, a proporção de residências próprias é alta. Contudo, concomitantemente a isto, há um percentual de quase 22% de trabalhadoras domésticas que pagam aluguel, desse modo é de se imaginar que se amplia a dificuldade financeira e socioeconômica para essas trabalhadoras que moram de aluguel, visto que o salário deve contemplar também o valor com a despesa do aluguel.

Com relação infraestrutura das ruas de moradia, 91,3% do total admitiu que residem em ruas calçadas, no entanto, 8,7% informaram não ter acesso a ruas calçadas. Quanto a esgotamento sanitário, verificamos que 78,3% das trabalhadoras domésticas respondentes afirmaram ter saneamento básico em suas ruas, no entanto, 17,4% responderam que não têm acesso ao esgotamento sanitário. Na variável sobre coleta de lixo vimos que 95,7%, ou seja, a maioria das trabalhadoras domésticas informaram na entrevista que existe coleta de lixo de maneira regular em seus endereços. Sobre a existência de Escola Pública em tempo integral no bairro onde residem, 56,5% responderam categoricamente que seu bairro não dispõe de escola pública em tempo integral, já 30,4% admitiram existir escolas integrais na sua localidade, por último, 13% das trabalhadoras não souberam informar.

Na pergunta sobre a existência de Unidade Básica de Saúde no bairro residente, 87% disseram que seus bairros possuem postos de saúde. Já 13% declararam não ter acesso ao atendimento de unidade básica de saúde em suas localidades. Na questão sobre a existência de creche no bairro das trabalhadoras domésticas onde residem, verificamos que 82,6% responderam que sim, admitindo que seu bairro possui creche, já as demais 17,4% trabalhadoras

respondentes afirmaram não dispor de creche em sua localidade.

Sobre o serviço de transporte coletivo no bairro, 87% das trabalhadoras declararam existir, no entanto, 8,7% das respondentes não dispõem desse serviço, o restante não sabe informar. Já na investigação sobre a existência de equipamentos de lazer no bairro verificamos que 56,5% das respondentes confirmaram a existência de instrumentos de lazer nos seus respectivos bairros, entretanto, 43,5% declararam que não possuem equipamentos de lazer. De modo detalhado, as que responderam sim, informaram que 66,7% dispõem de praças e 20% confirmaram a existência de Parques em seu bairro, como equipamento de cidadania e lazer. Sobre a investigação do meio de locomoção para o trabalho, vimos que do total de 23 trabalhadoras que responderam à pesquisa, 39,1% afirmam ir a pé para o trabalho, na mesma ordem outras 39,1% relatam que necessitam utilizar o serviço de transporte coletivo (ônibus) para chegarem aos seus trabalhos.

3.4 Condições do trabalho remunerado

A primeira questão desta seção buscou levantar informações sobre o tempo de duração da empregabilidade das trabalhadoras domésticas enquanto mensalistas ou diaristas. Sendo assim, vimos que um total de 26,1% está a mais de onze anos trabalhando nesta atividade. Seguindo nesse contexto, houve um empate técnico onde 21,7% declarou que atua a menos de um ano como trabalhadora doméstica e 21,7% de atua entre dois e três anos. Entretanto, 13% das respondentes informaram que trabalha de quatro a cinco e os demais 13% trabalham de nove a onze anos na função.

Nessa mesma ordem, outro norteador substancial é o registro do trabalho formal (com carteira assinada que garante amparo de direitos) ou informal que consiste no desenvolvimento de qualquer atividade remunerada, entretanto sem vínculo empregatício, isto é, como trabalhadora autônoma. Verificamos que 21,7% das respondentes disseram trabalhar com suas respectivas carteiras assinadas, em contrapartida 78,3% das trabalhadoras estão trabalhando na informalidade, sem direito a férias, décimo terceiro, previdência social (se não contribui como autônoma para o INSS), seguro-desemprego, entre outros direitos trabalhistas e previdenciários. Constata-se que mesmo havendo uma lei de proteção social da categoria, muitas trabalhadoras continuam na informalidade, sendo elevado o percentual de mulheres pretas e pardas, confirmando dados estatísticos divulgados em relatório de Pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pnad Contínua-IBGE, 2022), que apresenta um total de 5,8 milhões de pessoas ocupadas, o que representa 5,9% da população ocupada, sendo 91,4% mulheres. Entre esta população, tem-se um total de 67,3% que são negras e 32,7% que são não negras.

Na variável jornada de trabalho, verificamos uma ampla diversificação e flexibilização de dias trabalhados,

por exemplo, 39,1% trabalham de um a dois dias na semana, enquanto 21,7% de dois a três dias na semana. No entanto, aquelas que trabalham de segunda a sábado somam o um percentual de 17,4% das respondentes, já 13% disseram que trabalham todos os dias da semana. Observamos ainda que um percentual de 8,7% informou que trabalha de três a quatro dias da semana como diaristas.

Com relação a carga horária de trabalho, observamos que 13% das respondentes trabalham cerca de 8 horas diárias. As demais respondentes trabalham em média quatro horas diárias. Quando perguntado sobre o horário de chegada no trabalho, as respostas foram variadas, no entanto, três das respondentes declararam chegar no trabalho por volta das seis e vinte da manhã, outras seis delas afirmam chegar no serviço as sete horas e três chegam no trabalho as oito horas da manhã. Paralelamente as demais labutam em horários alternados e diferentes, por exemplo, uma chega de meio dia e outra respondeu que chega às cinco horas.

Em relação ao horário de saída dos respectivos trabalhos, a maioria informou que sai às 16 horas, no entanto, outras disseram sair às 17 horas e outras alegaram encerrar seus expedientes por volta das 18 horas. Neste sentido, é importante salientar que geralmente as trabalhadoras domésticas possuem um horário certo para chegar no trabalho, mas geralmente ultrapassam a jornada de trabalho, pois na maioria das vezes, não existe um horário definido para a saída, uma vez que depende do horário que terminam todos os serviços domésticos. Assim, as trabalhadoras que são vinculadas ao trabalho formal ganham por essas horas extras para complementar suas rendas, mas aquelas que são informais, ou seja, a maioria das respondentes, não recebem remuneração alguma pelo prolongamento de suas jornadas de trabalho.

Em relação a renda líquida mensal vimos que 8,7% das respondentes alegaram receber aproximadamente 400 reais por mês. Nessa questão outras responderam ganhar um salário mínimo. Outras recebem cem reais por faxina como pode ser observado no gráfico, o equivalente a 4,3%. Além disso, uma ampla maioria alegou que sua fonte de renda é a principal da casa (69,6%), em contraposição de 30,4% que responderam que sua fonte de renda não é a primordial em sua família. Sendo assim, 18,2% disseram que a principal fonte de proventos advém do Programa Bolsa Família, programa de assistência social de garantia de renda mínima para famílias em situação de pobreza, concedido pelo governo federal. Na mesma esfera, tem-se um percentual de 18,2% que alegou que a renda principal vem do trabalho próprio, como doméstica, já 9,1% relataram que vem do companheiro/a. Ainda quanto a fonte de renda, 60,9% confirmaram serem beneficiadas com ajuda governamental sendo 50% assistidas pelo Bolsa Família, 7,1% declaram receber auxílio emergencial (que teve vigência entre abril e dezembro de 2020), benefício de filho/a, e 39,1% sinalizaram não ter acesso a nenhum benefício social.

Quanto a dedicação a outras ocupações/empregos remunerados, verificamos que 87% disseram que não possui. No entanto, 13% alegaram ter mais de uma ocupação. Entre aquelas que responderam sim, se somam atividades

autônomas como faxina, catadora de materiais recicláveis ou até mesmo ajudando voluntariamente no plantão na Associação. Foi avaliado também sobre como se dá o relacionamento no ambiente de trabalho remunerado, onde 47,8% das participantes consideram regular, seguida de 30,4% que avalia como bom e por último, 17,4% declaram que as relações com as patroas são muito boas.

Com relação a experiência com trabalho formal, com a carteira de trabalho assinada vimos que um total de 52,2% alegou nunca ter trabalhado com carteira, ou seja, sempre trabalharam informalmente, sem nenhum tipo de direito trabalhista, por outro lado, 47,8% alegou já ter trabalhado com carteira de trabalho assinada, tendo direitos como: décimo terceiro salário, férias, fundo de garantia do tempo de serviço (FGTS), bem como o pagamento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Por último foi levantada a questão sobre a ocupação que as participantes trabalhavam antes de serem domésticas. Vimos que 10% das respondentes informaram que já realizava atividades ligadas aos cuidados domésticos do lar, já 5% alegaram que trabalharam como catadora de reciclagem, agricultora, organizadora de bufê, revendedora de cosméticos e serviços gerais.

3.5 Trajetórias ocupacionais

Na segunda parte da pesquisa investigamos questões qualitativas como: inserção no trabalho doméstico, trajetória ocupacional, descrição das atividades de um dia da jornada de trabalho. A partir das respostas, observa-se que muitas das trabalhadoras iniciaram na atividade de trabalho doméstico e de cuidados ainda na infância (na condição de trabalho infantil, hoje proibido pela Lei complementar 150/2015). Algumas iam acompanhar e ajudar suas mães no trabalho doméstico e foram adquirindo experiência. Outras começaram em outras atividades como é o caso de catadoras de materiais recicláveis que migraram para o trabalho doméstico, sendo que em alguns casos um complementa o outro. A seguir apresentamos alguns depoimentos das trabalhadoras sobre a idade de início na atividade de trabalhadora doméstica, em alguns casos verificamos a presença do no trabalho infantil.

Em seguida analisamos como é a jornada de um dia de trabalho das trabalhadoras, desde que acordam até a hora de ir dormir. Vimos que é bem comum as trabalhadoras acordarem bem cedo, adiantarem algumas atividades de cuidados em suas casas, para depois seguirem para o trabalho remunerado fora de casa. Vimos que as atividades de trabalho produtivo e reprodutivo se misturam, assim como as atividades de trabalho doméstico e trabalho de cuidados, o que acaba intensificando as jornadas de trabalho das mulheres, bem como suas responsabilidades.

Dando continuidade analisamos os principais problemas enfrentados pelas trabalhadoras, no dia a dia de trabalho. Analisando as respostas podemos destacar os

problemas que foram mais mencionados como: atraso do pagamento, o transporte público que não tem o horário certo de passar, com superlotação, passagem cara e ainda patrão que não quer pagar as passagens.

Em termos mais gerais podemos dizer que a trajetória laboral da maioria delas é marcada por períodos de desemprego. Algumas nos relataram que possuem filhos ou netos autistas ou com outros tipo de deficiência, o que dificulta ainda mais a entrada no mercado de trabalho formal. Além disso, muitas alegam que sentem falta de cursos profissionalizantes. Entre os cursos citados temos: cabeleireira, manicure, crochê ou outras atividades manuais, costureira, atendente no comércio e no caixa, confeitaria, culinária, auxiliar de cozinha, maquiagem, artesanato. Além destes teve também quem gostaria de se profissionalizar em computação, enfermagem, primeiros socorros e auxiliar de escritório, bem como ter um negócio próprio também aparece como um sonho de algumas trabalhadoras.

Como se pode observar a maioria dos cursos profissionalizantes citados pelas trabalhadoras domésticas são relacionados ao trabalho reprodutivo e de cuidados de outras pessoas, seja na área da beleza e estética ou área da saúde e alimentação.

Outra questão investigada foi sobre assédio moral e sexual ou outros tipos de humilhações e preconceitos no ambiente de trabalho. Vimos no depoimento acima o quanto uma violência sexual impacta a vida de uma mulher. No caso da trabalhadora ela ficou quatro anos sem querer trabalhar como doméstica, por medo de sofrer novamente violência sexual. A mulher que enfrenta esse tipo de violência tem sua vida marcada para sempre e muitas desenvolvem depressão e ansiedade e ficam com medo de ter um relacionamento.

Vimos que a maioria das mulheres são responsáveis pelas atividades reprodutivas de suas casas, ou seja, possuem duplas jornadas de trabalho, além dos cuidados com os filhos e demais familiares. Algumas possuem filhos ou netos com deficiência o que torna a vida ainda mais difícil devido ao tempo e falta de condições financeiras para levá-los nos tratamentos com fisioterapia, fonoaudiólogos, entre outros. Além disso, a maioria delas é responsável pela principal fonte de renda de suas famílias.

Por fim, questionamos sobre os sonhos que ainda pretendem realizar. Neste sentido, vimos que algumas não responderam, como se elas não tivessem mais espaço para sonhar em suas vidas. Entre as que responderam na maioria das vezes o sonho está ligado a melhor condições de vida, como ter uma casa própria, viajar, estudar, ter uma profissão, poder ajudar a família, ter um negócio próprio, que os direitos das trabalhadoras domésticas sejam respeitados, que os filhos estudem e sejam honestos.

4. Conclusões

O desenvolvimento deste projeto de extensão foi uma ação que, teve como objetivo apoiar a sociedade civil organizada na produção de conhecimento aplicado aos problemas concretos de parcela historicamente marginalizada da sociedade brasileira, dado que as trabalhadoras domésticas no Brasil (e em Campina Grande) são majoritariamente mulheres negras,

invisibilizadas em suas atividades produtivas e reprodutivas e em suas demandas por reconhecimento institucional e social.

A intervenção se deu junto à Associação e ao Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Campina Grande. A capacitação destes atores sociais em atividades de produção de dados sobre a realidade em que vivem é uma iniciativa de extensão universitária que combinada com pesquisa, democratiza técnicas de produção de conhecimento acadêmico para que sejam apropriados por parcelas mais amplas da sociedade. Ação essa que é ainda mais relevante nos dias atuais, onde a ciência tem sido combatida pelos setores econômico liberais e mais conservadores da sociedade, sendo esses os mesmos setores que demonizam a ampliação de direitos sociais para as trabalhadoras domésticas.

Vimos que as mulheres inseridas na pesquisa possuem suas trajetórias marcadas pela vulnerabilidade social e violências de gênero, classe e raça. Muitas começaram a trabalhar na atividade ainda na infância, quando acompanhavam suas mães que também eram trabalhadoras domésticas. Além disso, o trabalho doméstico é uma ocupação marcada por elevada informalidade nas relações de trabalho, com baixa regulamentação, em que pese a longa trajetória de luta da categoria por equiparação de direitos trabalhistas e previdenciários. Desta forma, a vida destas trabalhadoras é marcada por incertezas e instabilidades financeiras, pois estão vulneráveis à perda de seus meios de subsistência, o que pode ocorrer em qualquer momento, uma vez que as patroas podem substituí-las sem custos adicionais. Vimos que as trabalhadoras que são sindicalizadas e vinculadas a Associação das trabalhadoras domésticas, da cidade de Campina Grande seguidamente necessitam do apoio emocional e financeiro por parte da associação, a qual funciona também como uma rede de orientações/instruções. Durante a pandemia de covid-19, muitas ficaram desempregadas e encontraram na Associação um apoio para enfrentar o momento de crise, através da orientação e conscientização sobre cuidados com a higiene, uso de máscaras e também esclarecimentos para o recebimento do auxílio emergencial, além da oferta de cestas de alimentos e material de limpeza e higiene para aquelas que foram dispensadas de seus empregos (formais ou informais) e ficaram sem fonte de renda no período mais crítico de isolamento físico.

Neste sentido, a Associação das trabalhadoras domésticas de Campina Grande, contribui para a conscientização de classe dessas trabalhadoras na defesa dos seus interesses coletivos e que se reflete na organização e ação político-sociais. Ademais, busca dar suporte através do acolhimento, fortalecendo laços de amizade através de encontros de lazer e reuniões para discussões sobre formação política e cidadania e em especial sobre seus direitos como trabalhadoras e como mulheres. As associadas além de contribuírem com as ações de organização das formações, participam e contam com ajudas financeiras para transporte, produtos de higiene e alimentação de suas famílias. Vale ressaltar que apesar das dificuldades que a Associação vem

passando, devido aos baixos recursos financeiros de que dispõe, vimos que são muitas contribuições vem sendo realizadas para as trabalhadoras associadas, através de projetos custeados por organizações ou fundos privados que apoiam suas ações de formação e contribuem para que possam incidir nos espaços de decisão política. Para ter acesso a tais fontes, a Associação tem contado com a parceria e assessoria do Centro de Ação Cultural (CENTRAC), que contribui na formulação dos projetos e apoio na execução das ações e na prestação de contas, além de formações e produção de material informativo/midiático. Porém, ainda se faz necessário o apoio de entidades como as universidades e outras instituições a exemplo do Sesi, Senai e Sesc, para levar formações de cursos técnicos e profissionalizantes, como também a ampliação da possibilidade de acesso ao ensino básico, para aquelas que ainda não conseguiram concluir, pois muitas trabalhadoras demonstraram este tipo de interesse nas respostas desta pesquisa.

Constata-se a importância de uma maior atenção do poder público municipal, na melhoria e no acesso de políticas públicas que fortaleçam o número de creches nas regiões periféricas da cidade, para que as trabalhadoras possam deixar seus filhos e filhas em segurança enquanto trabalham. Além disso, torna-se necessário melhorar as condições do transporte público, de acesso à educação formal e qualificação continuada, saúde e habitação, bem como assistência para aquelas trabalhadoras em situação de maior vulnerabilidade e fortalecer políticas públicas voltadas para a geração de emprego e renda.

Cabe salientar que as trabalhadoras domésticas, mesmo tendo lutado e conquistado, alguns direitos básicos através da Emenda Constitucional 72/2013 e da Lei Complementar 150/2015, que garantiu férias, pagamento de horas-extras, seguro-desemprego, décimo terceiro e o fortalecimento da proteção contra práticas discriminatórias e violências nos ambientes de trabalho, continuam sofrendo diversas formas de assédio moral, humilhações, preconceitos, racismo e precariedade laboral, devido a intensificação do trabalho provocada pela dupla jornada, somada a situações de desvalorização, discriminação e violência no trabalho, que resulta em muitos problemas físicos e mentais, como lesão por esforço repetitivo, estresse, depressão e ansiedade.

Por fim, vale destacar que as trabalhadoras domésticas estão cientes de que apesar de algumas conquistas, ainda necessitam fortalecer/mobilizar as lutas para ampliação de direitos, como a plena efetivação da Convenção 189 da OIT no Brasil, bem como fiscalização na garantia dos direitos já conquistados por lei e revogação de medidas como, por exemplo, as condições de negociado sobre o legislado, para evitar acordos abusivos entre as trabalhadoras e contratantes, sendo, portanto necessário politizar o espaço privado e, assim, cada vez mais trazer para a esfera pública a responsabilização pelas melhorias trabalhistas para esta categoria.

Referências

BARBETA, Pedro Alberto. *Estatísticas aplicada às Ciências Sociais*. Florianópolis : Editora da UFSC, 1994.

BEZERRA, Elaine; CORTELETTI, de Fátima Roseli; ARAÚJO Iara Maria. Relações de trabalho e desigualdades de gênero na indústria têxtil e de confecções do nordeste. (2020). **Caderno CR H**, Salvador.

CRENSHAW, Kimberle. A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. Painel: Cruzamento: raça e gênero. **Ação Educativa**, 2012. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/Kimberle Crenshaw%20interseccionalidade.pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/Kimberle%20Crenshaw%20interseccionalidade.pdf) Acesso em: 05/02/2021.

DAVIS, Angela (1981). **Mulheres, raça e classe**. Candiani, Heci Regina. São Paulo: Boitempo, 2016. 244p

DIEESE, Iconográfico- A inserção da população negra no mercado de trabalho. [Iconográfico] São Paulo: 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2023/populacaoNegra.html> Acesso no dia 23 de novembro de 2023.

DIEESE, Iconográfico – Mulheres: Inserção no mercado de trabalho. [Iconográfico] São Paulo: 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2023/infograficosMulheres2023.html> Acesso no dia 27 de Outubro de 2023.

DIEESE, Iconográfico- Trabalho doméstico no Brasil. [Iconográfico] São Paulo:2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2022/trabalhoDomestico.html> Acesso no dia 27 de Outubro de 2023.

DIEESE, O trabalho doméstico 10 anos após a PEC das Domésticas. **Estudo e Pesquisa**. São Paulo: n° 106 – abril de 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2023/estPeSq106trabDomestico.html> Acesso no dia 27 de Outubro de 2023.

ENGELS, Friedrich (1884), **Origem da família, da propriedade privada e do Estado**, trad. Leandro Konder, Rio de Janeiro, Expressão Popular, 2012.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017, 406p.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Trad. de. São Paulo: Elefante, 2019. 388 p.

HIRATA, Helena. A Precarização e a Divisão Internacional e Sexual do Trabalho. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n° 21, jan./jun. 2009, p. 24-41.

KERGOAT, Danièle. *Divisão sexual do trabalho e as relações sociais de sexo*. In:

HIRATA, H. et al (orgs). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, p.67- 75, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2015.

Agradecimentos

À Associação das Trabalhadoras Domésticas de Campina Grande e ao Centro de Ação Cultural (CENTRAC), pela parceria, pelo suporte e colaboração no desenvolvimento das atividades deste projeto.

À UFCG pela concessão de bolsa(s) por meio da Chamada PROPEX 003/2022 PROBEX/UFCG.